

A ERA DA PROVA ALGORÍTMICA NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO: DESAFIOS ENTRE A VERACIDADE DOS FATOS E A OPACIDADE DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA³³⁰

THE ERA OF ALGORITHMIC EVIDENCE IN BRAZILIAN CIVIL PROCEDURE: CHALLENGES BETWEEN THE VERACITY OF FACTS AND THE OPACITY OF GENERATIVE ARTIFICIAL INTELLIGENCE

Fabiana Marion Spengler

Professora da graduação e da pós-graduação (mestrado e Doutorado) em Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC (Brasil, RS). Pós-doutora em Direito pela Università degli Studi di Roma Tre (Roma, Itália). Doutora em Direito pelo programa de Pós-Graduação stricto sensu da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS – (Brasil, RS). Mestre em Desenvolvimento Regional pelo programa de Pós-Graduação stricto sensu da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC – (Brasil, RS). Líder do Grupo de Pesquisa “Políticas Públicas no Tratamento dos Conflitos” certificado pelo CNPq; participante da Rede de pesquisa CUEMYC; Participante da Rede de Pesquisa internacional IBEROJUR, integrante do grupo de pesquisa internacional “Dimensions of Human Rights” (Instituto Jurídico Portucalense – IJP, Portugal). Coordenadora de projetos de pesquisa e de extensão. Mediadora. Projeto “Ontem, hoje e amanhã: cartografia das políticas públicas brasileiras auto e heterocompositivas de acesso à justiça” financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul - Fapergs, Edital 07/2021 - PqG – Pesquisador Gaúcho, processo nº 21/2551-0002322-8 e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq, Edital Processo: 407119/2021-3, Chamada CNPq/MCTI/FNDCT Nº 18/2021 - Faixa B - Grupos Consolidados. <https://orcid.org/0000-0001-9477-5445>. @fabianamarionspengler

Theobaldo Spengler Neto

Mestre em Direito pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Docente dos cursos de Graduação em Direito e da Pós-Graduação lato sensu da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Vice-líder do Grupo de Pesquisa “Políticas Públicas no Tratamento dos Conflitos”, certificado pelo CNPq. Advogado. Projeto “Ontem, hoje e amanhã: cartografia das políticas públicas brasileiras auto e heterocompositivas de acesso à justiça” financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul - Fapergs, Edital 07/2021 - PqG – Pesquisador Gaúcho, processo nº 21/2551-0002322-8 e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq,

³³⁰ Artigo recebido em 31/03/2026 e aprovado em 25/07/2026.

Edital Processo: 407119/2021-3, Chamada CNPq/MCTI/FNDCT Nº 18/2021
- Faixa B - Grupos Consolidados. Instagram: @theobandospengler.

RESUMO: O presente artigo analisa o impacto da Inteligência Artificial Generativa (IAGen) na produção de provas e na busca pela verdade factual no Direito Processual Civil. O problema central da pesquisa reside na tensão entre a inovação tecnológica e as garantias fundamentais do processo, questionando os limites éticos e jurídicos para admitir provas que podem conter "alucinações algorítmicas", vieses discriminatórios e a opacidade técnica da "caixa-preta". O objetivo geral é estabelecer critérios para a admissão e valoração dessas provas, visando proteger o convencimento do magistrado contra distorções tecnológicas. Utilizando o método hipotético-dedutivo fundamentado em análise bibliográfica e documental, o trabalho justifica-se pela necessidade de equilibrar a celeridade judicial com o direito constitucional a um processo justo e livre de preconceitos automatizados, em conformidade com as diretrizes do CNJ. A pesquisa conclui que a admissibilidade de provas geradas ou filtradas por IAGen deve ser obrigatoriamente condicionada ao princípio da explicabilidade, exigindo que a parte proponente forneça o "caminho lógico" (prompts e parâmetros) utilizado pela ferramenta. Além disso, propõe-se a adoção sistemática de protocolos de verificação técnica — como o cálculo de *Hash* e análise de metadados — e a garantia de supervisão humana efetiva

e periódica, conforme a Resolução CNJ nº 615/2025, para mitigar riscos de manipulação e assegurar que a tecnologia sirva à verdade real em vez de simulações algorítmicas.

PALAVRAS CHAVE: Inteligência Artificial; Princípios Constitucionais; Processo Civil; Prova Documental.

ABSTRACT: This article analyzes the impact of Generative Artificial Intelligence (GenAI) on the production of evidence and the search for factual truth within Civil Procedural Law. The central research problem lies in the tension between technological innovation and fundamental procedural guarantees, questioning the ethical and legal limits for admitting evidence that may contain "algorithmic hallucinations," discriminatory biases, and the technical opacity of the "black box". The general objective is to establish criteria for the admission and evaluation of such evidence, aiming to protect the judge's conviction against technological distortions. Using the hypothetical-deductive method based on bibliographic and documentary analysis, the work is justified by the need to balance judicial speed with the constitutional right to a fair process free from automated prejudices, in compliance with CNJ guidelines. The research concludes that the admissibility of evidence generated or filtered by GenAI must be mandatorily conditioned on the principle of

explainability, requiring the proposing party to provide the "logical path" (prompts and parameters) used by the tool. Furthermore, it proposes the systematic adoption of technical verification protocols—such as Hash calculation and metadata analysis—and the guarantee of effective and periodic human supervision, pursuant to CNJ Resolution No. 615/2025, to mitigate manipulation risks and ensure that technology serves the actual truth instead of algorithmic simulations.

KEYWORDS: Artificial Intelligence; Constitutional Principles; Civil Procedure; Documentary Evidence.

INTRODUÇÃO

A rápida evolução da Inteligência Artificial³³¹ (IA), consolidada em meados da presente década, provocou uma disrupção sem precedentes no Direito Processual Civil (CPC) brasileiro. Se, em um primeiro momento, a tecnologia foi celebrada como ferramenta de celeridade e gestão documental, o cenário atual revela desafios profundos no campo

probatório. A capacidade dessas ferramentas de criar conteúdos sintéticos — textos, imagens, áudios e vídeos — com alto grau de verossimilhança coloca em xeque a função precípua da prova: a reconstrução fiel dos fatos para o convencimento do magistrado.

No Processo Civil, a prova é o instrumento que busca a reconstrução histórica dos fatos; se esse instrumento for corrompido por uma tecnologia que privilegia a verossimilhança (o que parece real) em detrimento da veracidade (o que ocorreu), a segurança jurídica corre risco.

O problema central desta pesquisa reside na tensão entre a inovação tecnológica e as garantias fundamentais do processo. Questiona-se: quais são os limites éticos e jurídicos da admissibilidade de provas produzidas ou analisadas por Inteligência Artificial Generativa (IAGen), considerando o risco de alucinações algorítmicas e vieses discriminatórios no convencimento do magistrado? A problemática é agravada pela natureza de "caixa-

³³¹ Inteligência Artificial é a capacidade hipotética de um computador igualar ou exceder o desempenho de um ser humano em tarefas que exigem capacidades cognitivas, tais como percepção, compreensão e síntese de linguagem, raciocínio, criatividade e emoção. Para algumas tarefas específicas, como jogos de xadrez, *Jeopardy* ou *Go*, sistemas de computador construídos para o efeito alcançaram um desempenho que rivaliza ou supera o dos melhores especialistas do mundo. Para outras tarefas, como reconhecimento de voz ou facial e tradução de

línguas, os sistemas habitualmente implementados hoje são, indiscutivelmente, tão bons quanto a maioria das pessoas, e possivelmente melhores. Tarefas complexas, como conduzir um automóvel ou pilotar um avião, podem agora — ou poderão num futuro próximo — ser realizadas tão bem por computadores como por condutores ou pilotos licenciados vide GRIMM, Paul W.; GROSSMAN, Maura R.; CORMACK, Gordon V. Inteligência artificial como evidência. *Nw. J. Tech. & Intell. Prop.*, v. 19, p. 14, 2021.

preta³³²" (*black box*) de muitos algoritmos, que dificulta a auditabilidade e o exercício pleno do contraditório pela parte adversa.

Em resposta ao problema de pesquisa pode ser apontada a seguinte hipótese: a admissibilidade de provas geradas ou filtradas por IAGen deve ser condicionada ao princípio da explicabilidade, exigindo que a parte que a produz forneça o "caminho lógico" (*prompt* e parâmetros) utilizado pela ferramenta, sob pena de cerceamento de defesa da parte contrária.

A pesquisa justifica-se pela necessidade de evitar que o Judiciário brasileiro, em busca de celeridade, aceite provas "sintéticas" sem o devido filtro ético. Além disso, a discussão se alinha às diretrizes do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) sobre o uso ético da tecnologia no tribunal, buscando equilibrar a inovação com o direito constitucional a um processo justo e livre de preconceitos automatizados.

O objetivo geral deste artigo é analisar os critérios jurídicos e éticos necessários para a admissão e valoração de provas produzidas ou analisadas por IAGen no Processo Civil, visando proteger a integridade do

convencimento do magistrado contra distorções tecnológicas. Os objetivos específicos são: a) definir o conceito de prova e de "alucinação algorítmica" e seu impacto na veracidade das provas; b) investigar como os princípios do contraditório e da ampla defesa podem ser exercidos diante de provas de "caixa-preta"; e c) propor diretrizes para o magistrado na identificação de *deepfakes* e de vieses discriminatórios em análises probatórias automatizadas.

Para o desenvolvimento da pesquisa utiliza-se o método hipotético-dedutivo, com base em análise bibliográfica e documental, confrontando a doutrina processual clássica com as novas exigências da era algorítmica. Parte-se da hipótese de que a admissibilidade dessas provas deve ser condicionada ao dever de explicabilidade e à garantia de auditabilidade técnica, sob pena de nulidade.

1. A NATUREZA DA PROVA JUDICIÁRIA E O FENÔMENO DA ALUCINAÇÃO ALGORÍTMICA: DA RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA À SIMULAÇÃO SINTÉTICA

fundamentada na física e na engenharia de sistemas do século XX, não guardando qualquer relação, conotação ou condão discriminatório ou racista. A nomenclatura deriva da impossibilidade visual de observar o mecanismo interno, sendo um conceito padrão na literatura sobre Inteligência Artificial para descrever a falta de explicabilidade de redes neurais profundas, sem qualquer viés sociológico ou pejorativo em sua gênese terminológica.

³³² A expressão "Caixa-Preta" (*Black Box*), no âmbito da Teoria dos Sistemas e da Ciência da Computação, designa um dispositivo, sistema ou algoritmo cujo funcionamento interno é opaco ou inacessível ao observador, permitindo apenas a análise de suas entradas (*inputs*) e saídas (*outputs*), sem que se conheça o processo lógico de transformação entre ambas. É importante ressaltar que a utilização deste termo possui natureza estritamente técnica e científica,

Provar, em sentido amplo, significa apurar se um fato relevante e controverso efetivamente ocorreu, sendo que o termo prova remete a conceitos como demonstração, ensaio, experimentação, exame, teste, etc... No campo jurídico, a prova indica elementos destinados a formar a convicção do julgador sobre a existência ou inexistência de um fato³³³. Sob essa perspectiva, Didier Júnior, Braga e Oliveira³³⁴ informam que as provas podem ser em sentido objetivo e em sentido subjetivo. No primeiro caso, o vocábulo designa “a atividade probatória ou os meios com que ela se desenvolve”; já no segundo é utilizada para “designar a convicção

que as provas produzidas no processo geram no íntimo do julgador.”

Embora a prova judiciária se destine ao juiz, é imperativo reconhecer que a prova é um direito das partes (princípio do contraditório³³⁵). Assim, é inquestionável o interesse de ambos os lados em produzi-la, e também de exigir do juiz que sobre ela se pronuncie fundamentadamente. Essa prerrogativa ganhou novos contornos a partir de 2015, com a entrada em vigor do CPC atual, quando adotou-se o denominado modelo constitucional³³⁶ de processo civil, elevando-se ao *status* constitucional as garantias processuais, dentre elas e

³³³ LOPES, João Batista. Das provas. In: BUENO, Cássio Scarpinella. *Comentários ao Código de Processo Civil*. Vol. 2. São Paulo: Saraiva, 2017.

³³⁴ DIDIER JR, Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. *Curso de Direito Processual Civil*. Vol. 2. 20 ed. São Paulo: Editora JusPodivm, 2025.

³³⁵ O princípio do contraditório, assim como o da ampla defesa, é assegurado pelo art. 5º, LV, da Constituição Federal. Esse princípio pode ser definido pela expressão latina *audiatur et altera pars*, que significa “ouça-se também a outra parte”. O contraditório consiste no direito do réu de ser ouvido e na proibição de que seja proferida decisão sem que se tenham sido ouvidos os interessados. A legislação processual brasileira, notadamente o Código de Processo Civil, reforça o princípio do contraditório em diversos dispositivos. No artigo 9º, por exemplo, destaca-se a necessidade de se garantir às partes o direito de influenciar ativamente no convencimento do juiz. Já no artigo 10, o legislador ressalta que cabe ao juiz zelar pela efetividade do contraditório, evitando decisões surpreendentes e não fundamentadas.

SPENGLER, Fabiana Marion. *Pequeno Dicionário de Acesso à Justiça*. Tomo 1. A-L. São Carlos: Pedro&João Editores, pag. 141 e 142, 2024.

³³⁶ Nessa linha de raciocínio Sponholz Junior e Chianfa informam que emerge um “constitucionalismo digital como resposta à necessidade de atualizar princípios e valores constitucionais diante dos desafios trazidos pelo universo digital. Trata-se de um movimento que visa assegurar a efetividade dos direitos fundamentais – como liberdade de expressão, privacidade, acesso à informação e devido processo legal – também no ambiente online.” SPONHOLZ JUNIOR, Oto Luiz; CHIANFA, José Henrique Siqueira. ANÁLISE ECONÔMICA DOS PROCESSOS DE EXECUÇÃO E DA FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA NO JUIZADO ESPECIAL: INCENTIVOS, RESPONSABILIDADE E O PAPEL CRÍTICO DA COOPERAÇÃO. *REVISTA JURÍDICA GRALHA AZUL - TJPR*, [S. l.], v. 1, n. 32, 2025. p. 32 - 33. DOI: 10.62248/8x6kya71. Disponível em: <https://revista.tjpr.jus.br/gralhaazul/article/view/307..> Acesso em: 18 mar. 2026.

principalmente, o contraditório e a ampla defesa^{337 338}.

Nesse contexto, a prova tem como finalidade a busca da verdade (na opinião de uns) e a certeza (na opinião de outros). Para atingir tal fim, o objeto da prova concentra-se nos fatos que devem ser precisos, pertinentes e relevantes no convencimento do julgador. Em função do princípio da universalidade dos meios de prova, além daqueles indicados em lei as partes poderão se valer de outros meios, desde que moralmente lícitos³³⁹.

Dessa forma, as provas podem ser classificadas como atípicas ou típicas. As provas atípicas não possuem um rol taxativo ou procedimentos próprios descritos de forma isolada, pois são admitidas mediante cláusulas de abertura do sistema processual. O fundamento principal reside no artigo 369 do CPC, que estabelece a cláusula geral de prova, permitindo que as partes utilizem todos os meios legais e moralmente legítimos para provar a verdade, mesmo que não estejam especificados no código. A principal regra para a prova atípica é que ela deve respeitar o contraditório, ou seja,

a parte contrária sempre deve ter a chance de se manifestar sobre ela.

Como exemplo fundamental de atipicidade (muitas vezes quanto à sua origem ou forma de introdução no processo) cita-se a prova emprestada, prevista no artigo 372 do CPC, que permite o aproveitamento de provas produzidas em outros processos³⁴⁰. Adicionalmente, o artigo 190 do CPC, que trata dos negócios jurídicos processuais, permite que as partes pactuem sobre o ônus e os meios de prova, enquanto o artigo 378 do CPC reforça o dever de colaboração de todos os sujeitos do processo, o que fundamenta a utilização do comportamento das partes como elemento de convicção do juiz.

As provas típicas no CPC/2015 são aquelas que possuem regramento específico e nomes definidos pelo legislador. Elas compreendem o depoimento pessoal, previsto nos artigos 385 a 395; a confissão, detalhada nos artigos 389 a 395; a exibição de documento ou coisa (artigos 396 a 404); a prova documental (artigos 405 a 441), que inclui também os documentos eletrônicos (artigos 439 a 441)³⁴¹; a prova testemunhal (artigos 442 a 463); a prova pericial

³³⁷ O princípio da ampla defesa está disposto no art. 5º, LV, da Constituição Federal de 1988 e é uma garantia para o acusado e para a defesa. Nada mais é do que o direito de o cidadão acusado introduzir, no processo, de modo direto ou mediante a atuação de seu procurador, os argumentos ou as teses e os meios de prova admissíveis e úteis para a defesa. SPENGLER, op. cit., p. 49.

³³⁸ LOPES, op. cit.

³³⁹ LOPES, op. cit., p. 236.

³⁴⁰ Outros exemplos de provas atípicas incluem a prova estatística, por amostragem e via *blockchain*, vide DIDIER JÚNIOR; BRAGA; OLIVEIRA, op. cit., 2025.

³⁴¹ Cabe ressaltar que, no presente texto, serão objeto de análise somente as provas produzidas a partir de documentos eletrônicos.

(artigos 464 a 480); e a inspeção judicial (artigos 481 a 484).

Contudo, a produção dessa prova típica não se limita à mera apresentação de arquivos digitais; ela exige uma análise técnica rigorosa para garantir que o conteúdo não tenha sofrido adulterações. O artigo 439 do CPC deixa claro que a utilização de documentos eletrônicos no processo observa as regras gerais de prova documental, mas com a ressalva de que sua força probante está intrinsecamente ligada à preservação da cadeia de custódia e à fidedignidade do suporte lógico original.

No presente texto merece especial atenção a necessidade de produção de provas lícitas. Baseado no art. 5º, LVI, da Constituição Federal, Didier Júnior, Braga e Oliveira³⁴² destacam que é um direito fundamental "não ver produzida contra si uma prova ilícita ou obtida ilicitamente". O conceito é amplo e abrange qualquer prova que contrarie normas do ordenamento jurídico, como confissão sob tortura ou interceptação telefônica clandestina.

No concernente aos vícios que podem comprometer a validade de um documento (prova), sejam eles físicos ou digitais, existem os vícios extrínsecos e intrínsecos: "Vícios

extrínsecos são aqueles que dizem respeito à sua forma [...] como a existência de entrelinha, emenda, borrão ou cancelamento em ponto substancial"³⁴³. No contexto eletrônico, isso se traduz na quebra da integridade do arquivo ou metadados alterados.

A falsidade material atinge a formação do documento (ex: assinatura falsa ou alteração do texto). Já a ideológica ocorre quando o documento é formalmente genuíno, mas a declaração nele contida não corresponde à verdade. O ônus de provar a falsidade de um documento cabe a quem a alega. No caso de contestação de assinatura (ou assinatura digital), o ônus da prova de autenticidade recai sobre a parte que produziu o documento³⁴⁴.

Nesse contexto e ainda abordando os meios de prova documentais eletrônicas a digitalização não altera a essência do documento, mas exige novos métodos de autenticação. Assim, "qualquer meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica é válido, desde que escolhido de comum acordo pelas partes"³⁴⁵. Isso abre espaço para o uso de registros em *blockchain*³⁴⁶ e outras tecnologias de certificação.

³⁴² DIDIER JÚNIOR; BRAGA; OLIVEIRA, op. cit., p. 121

³⁴³ DIDIER JÚNIOR; BRAGA; OLIVEIRA, op. cit., p. 280

³⁴⁴ Ibid.

³⁴⁵ DIDIER JÚNIOR; BRAGA; OLIVEIRA, op. cit., p. 304

³⁴⁶ *Blockchain* é o termo em inglês para definir uma cadeia de blocos, como um livro de

contabilidade digital, mas com um diferencial crucial: ele é impossível de apagar, falsificar ou esconder. Em termos simples, é um sistema que permite rastrear o envio e recebimento de certas informações pela internet. São pedaços de código gerados online que carregam informações conectadas, como os elos de uma corrente. O *blockchain* possui três pilares: descentralização: não existe um "dono" ou um

Existe, atualmente, um impacto crescente da IA na produção de provas cíveis. Diante desse contexto, a prova produzida a partir da IA é definida como dados gerados, processados ou comunicados por um sistema que podem tornar um fato mais ou menos provável. Isso acontece porque a IA pode criar provas antes inimagináveis (como dados de saúde de *smartwatches*), facilitar a coleta de provas (reconhecimento facial em audiências remotas) e expandir a qualidade de provas existentes (genotipagem probabilística de DNA)³⁴⁷.

Nesse cenário de crescente digitalização, a integração da IA no cotidiano jurídico e social trouxe um fenômeno técnico complexo: a "alucinação algorítmica". Este termo descreve o momento em que Modelos de Linguagem de Grande Escala (LLMs) geram informações que, embora gramaticalmente corretas e aparentemente convincentes, são factualmente falsas ou inexistentes. No contexto das provas típicas, o impacto da alucinação algorítmica é direto e severo sobre a veracidade do material levado ao juízo.

Se uma prova documental eletrônica é produzida ou sintetizada com o auxílio de IA — seja na

transcrição de áudios, na tradução de documentos ou na própria elaboração de relatórios técnicos — o risco de uma "mentira estatística" compromete a integridade do processo. A alucinação algorítmica pode criar referências jurisprudenciais inexistentes ou distorcer fatos narrados em documentos digitais, dificultando a formação do convencimento do julgador.

Diante disso, a interpretação dos artigos 439 a 441 do CPC deve ser feita sob o filtro da cautela técnica. O impacto da alucinação na veracidade das provas exige que advogados e magistrados não aceitem documentos eletrônicos como verdades absolutas apenas por sua forma tecnológica. A autenticidade, prevista no artigo 441, passa a ser não apenas uma questão de autoria, mas de verificação material contra possíveis distorções geradas por algoritmos que priorizam a fluidez do texto em detrimento da precisão factual.

Portanto, a prova típica eletrônica no processo civil brasileiro enfrenta o desafio de manter sua função de busca pela verdade em um ambiente onde a tecnologia pode fabricar evidências simuladas. O combate à alucinação algorítmica nas provas demanda a aplicação rigorosa

servidor central (como um banco ou o Google). A informação é copiada em milhares de computadores ao redor do mundo. Se um cair, os outros mantêm o sistema vivo; imutabilidade: uma vez que um dado é registrado em um "bloco", ele não pode ser alterado. Para mudar um bloco, você teria que mudar todos os blocos seguintes em todos os computadores da rede simultaneamente — o

que é praticamente impossível; transparência: qualquer pessoa pode verificar as transações. Você pode não saber quem enviou (privacidade), mas pode ver exatamente quanto foi enviado e quando. Ibid.

³⁴⁷ SOKOLOVA, Maria. The role and position of AI evidence in civil litigation. *Medicine, Law & Society*, Maribor, v. 16, n. 1, p. 169-190, abr. 2023.

do contraditório e, muitas vezes, o auxílio da prova pericial tecnológica para atestar que o documento eletrônico apresentado reflete, de fato, a realidade histórica dos eventos, e não uma criação artificial de um sistema computacional falível.

2. O DEVIDO PROCESSO LEGAL PERANTE A "CAIXA-PRETA": EXERCÍCIO DO CONTRADITÓRIO, AMPLA DEFESA E O DEVER DE EXPLICABILIDADE

O sistema processual contemporâneo enfrenta o desafio de garantir a justiça em um cenário onde a tecnologia não é apenas uma ferramenta de apoio, mas um agente de influência direta na convicção judicial. Investigar como os princípios do contraditório e da ampla defesa podem ser exercidos diante de provas de *black box* exige, primeiramente, a compreensão técnica das ferramentas em uso. Nesse sentido, destaca-se a diferença entre IA Preditiva (IAPred) e a Inteligência Artificial Generativa (IAGen). A primeira, baseada na análise de dados históricos, busca antecipar

resultados futuros. No contexto jurídico, esse tipo de tecnologia pode ser utilizada para examinar processos judiciais, prever desfechos de casos semelhantes, identificar padrões de conduta e avaliar riscos contratuais, como a possibilidade de inadimplência³⁴⁸.

A aplicação dessa modalidade preditiva altera a dinâmica da advocacia moderna. A IA aplicada ao Direito oferece vantagens para advogados, especialmente na fase de preparação de processos e definição de estratégias processuais. Escritórios de advocacia que utilizam ferramentas de IA e jurimetria³⁴⁹ obtêm vantagem competitiva, pois conseguem prever com mais precisão a duração de processos e a probabilidade de sucesso em determinadas ações³⁵⁰. Entretanto, essa eficiência estatística não está imune a falhas, especialmente quando os dados históricos que alimentam o sistema carregam preconceitos ou quando o algoritmo opera sob o véu da opacidade.

O combate à discriminação algorítmica ganha importância quando

³⁴⁸ SPONHOLZ JUNIOR; CHIANFA, *op. cit.*, p. 32-33.

³⁴⁹ A Jurimetria pode ser conceituada, sob rigor científico, como a aplicação de métodos estatísticos e modelos matemáticos ao Direito, com o objetivo de conferir maior previsibilidade, objetividade e racionalidade ao fenômeno jurídico. Diferente da dogmática tradicional, que foca na interpretação da norma, a jurimetria analisa o Direito sob uma perspectiva empírica e quantitativa. O termo foi cunhado em 1949 por Lee Loevinger, jurista e estatístico norte-americano, no artigo

intitulado *Jurimetrics: The Next Step in Legal Education* (2004). Loevinger argumentava que o Direito deveria abandonar a dependência exclusiva da lógica formal e da especulação abstrata para adotar os métodos de investigação das ciências exatas. LOEVINGER, Lee. *Jurimetrics: the next step forward*. *Jurimetrics*, [S. l.], v. 44, n. 4, p. 405-408, 2004. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/29762866>. Acesso em: 29 jan. 2026.

³⁵⁰ SPONHOLZ JUNIOR; CHIANFA, *op. cit.*, p. 33.

se percebe que, ao serem treinados com dados pretéritos que refletem as desigualdades e preconceitos estruturais da sociedade — como racismo, sexismo e classismo —, os sistemas de IA não apenas reproduzem, mas podem intensificar essas iniquidades. Isso se configura como uma violação do princípio constitucional da igualdade e resulta em tratamento desigual e injusto de jurisdicionados em situações análogas, comprometendo a confiança na imparcialidade do Judiciário³⁵¹.

A complexidade aumenta quando se analisa a segunda categoria tecnológica. A IAGen se destaca pela capacidade de criar conteúdo – sejam textos, imagens, áudios ou vídeos. Essa característica abre espaço para aplicações relevantes no Direito, como a elaboração de documentos, a redação de peças processuais e a análise de provas. No entanto, o uso dessa tecnologia também suscita debates quanto à autenticidade e à integridade das informações produzidas, especialmente no que diz

respeito à autoria e à originalidade, temas que exigem atenção no âmbito do direito autoral e da responsabilidade civil³⁵². Por sua vez, a IAGen exige uma análise cautelosa de seus efeitos no campo jurídico, sobretudo quanto à produção de provas e à definição da autoria de determinado documento, por exemplo³⁵³.

O risco à ampla defesa torna-se tangível quando a capacidade de simulação da tecnologia supera a capacidade de percepção humana imediata. Hoje, é tecnicamente viável produzir vídeos falsos – conhecidos como *deepfakes*³⁵⁴ – nos quais pessoas aparecem dizendo ou fazendo algo que jamais ocorreu. No pior cenário das *deepfakes*, a pessoa retratada não disse determinada coisa ou praticou determinada conduta, bem como sequer esteve no local que serve como “pano de fundo” para a “imagem falsa”. Da mesma forma, imagens podem ser alteradas para incriminar inocentes. Lado outro, tem-se que documentos como contratos, e-mails ou

³⁵¹ CAMBI, Eduardo Augusto Salomão; AMARAL, Maria Eduarda Toledo Pennacchi Tibiriçá. Inteligência artificial no Poder Judiciário, discriminação algorítmica e direitos humanos fundamentais. *Suprema: Revista de Estudos Constitucionais*, Palmas, v. 3, n. 2, p. 250-272, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.53798/suprema.2023.v3.n2.a250>. Acesso em: 29 jan. 2026.

³⁵² SPONHOLZ JUNIOR; CHIANFA, *op. cit.*, p. 32-33.

³⁵³ *Ibid.*, p. 33

³⁵⁴ Os *deepfakes* constituem representações digitais de imagem ou áudio processadas por algoritmos de aprendizado de máquina (*deep learning*), capazes de sintetizar feições e vozes

com alto grau de verossimilhança para substituir a identidade original de um indivíduo. Sob a ótica técnico-jurídica, tal tecnologia caracteriza-se como uma modalidade de manipulação de dados biométricos que pode configurar ilícitos civis e penais, como a violação aos direitos de personalidade, a propagação de desinformação (*fake news*) e o crime de difamação. Um exemplo paradigmático reside na inserção não consensual do rosto de uma pessoa em material de conteúdo pornográfico, o que enseja responsabilidade civil por danos morais e tipicidade penal por violação da dignidade sexual e do direito à própria imagem.

mensagens de texto podem ser fabricados artificialmente, com potencial para induzir os intérpretes e aplicadores da lei em erro³⁵⁵.

Este cenário conduz a um dos principais desafios da IA, o dito “problema da caixa preta”³⁵⁶. Muitos sistemas de IA são opacos. Frequentemente, é impossível para um humano entender exatamente por que a IA tomou uma decisão específica. Isso cria desafios legais para o contraditório e o devido processo legal.^{357 358} Outro desafio relevante está relacionado à falta de transparência dos algoritmos utilizados no Judiciário. A chamada “caixa-preta” da IA refere-se à dificuldade de compreender e auditar as decisões geradas por sistemas automatizados, o que pode comprometer a confiabilidade e a legitimidade das resoluções judiciais³⁵⁹.

Nesse contexto, a opacidade do processo decisório algorítmico, o chamado efeito “caixa-preta” (*black box*) ganha novo relevo. A dificuldade ou impossibilidade de se rastrear e compreender as variáveis e o percurso

lógico que levou o sistema de IA a determinada sugestão ou classificação de caso compromete gravemente os direitos fundamentais. A falta de transparência viola o direito ao devido processo legal e o princípio da motivação das decisões judiciais, dificultando a fiscalização, o recurso e o controle judicial humano sobre a validade e a justiça do resultado produzido pelo algoritmo³⁶⁰.

Para que os princípios constitucionais e processuais, dentre eles o contraditório, sejam exercidos plenamente, a parte deve ter a capacidade de reagir não apenas ao resultado da prova, mas à lógica de sua construção. A falta de transparência dos sistemas de IA também representa um obstáculo significativo para sua plena adoção no Judiciário. Muitos algoritmos modernos operam como verdadeiras “caixas-pretas”, ou seja, seu funcionamento interno é de difícil compreensão até mesmo para os desenvolvedores que os criaram. Essa característica torna desafiador explicar como uma determinada decisão foi alcançada, o que vai de encontro a um

³⁵⁵ SPONHOLZ JUNIOR; CHIANFA, op. cit., p. 33.

³⁵⁶ SOKOLOVA, op. cit.

³⁵⁷ No Brasil, a garantia está prevista no artigo 5º, inciso LIV, da Constituição Federal, assegurando o contraditório e a ampla defesa. O devido processo legal exige que o tribunal seja imparcial e independente, garantindo que as decisões sejam tomadas com base na lei e nos fatos apresentados, sem preconceitos. Serve como uma salvaguarda essencial contra possíveis abusos do poder estatal, garantindo que o Estado atue dentro dos limites legais. As decisões judiciais devem ser razoáveis e proporcionais às circunstâncias do caso,

evitando punições excessivas ou arbitrariedade. Op. cit., p. 164.

³⁵⁸ GRIMM, Paul W.; GROSSMAN, Maura R.; CORMACK, Gordon V., op. cit., p. 14

³⁵⁹ MÜLLER, Vincent C., “Ética da Inteligência Artificial e Robótica”, *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Edição de Outono de 2025), Edward N. Zalta & Uri Nodelman (eds.), URL = <<https://plato.stanford.edu/archives/fall2025/entries/ethics-ai/>>.

³⁶⁰ CAMBI, Eduardo Augusto Salomão; AMARAL, Maria Eduarda Toledo Pennacchi Tibiriçá, op. cit., 2023

dos princípios fundamentais do Direito: a necessidade de fundamentação das decisões judiciais³⁶¹.

Se um sistema de IA recomendar um encaminhamento processual ou uma classificação de caso, mas não for possível justificar os critérios utilizados pelo algoritmo, há um risco considerável de insegurança jurídica. A ampla defesa pressupõe a auditabilidade³⁶². Para que a IA seja plenamente integrada ao Direito de forma ética e eficaz, é fundamental que haja regulamentações claras, auditorias contínuas e um equilíbrio entre a automação e a supervisão humana no processo decisório³⁶³. Para mitigar esse problema, é fundamental que os sistemas utilizados pelo Judiciário sejam desenvolvidos com um alto nível de explicabilidade³⁶⁴ e auditabilidade, permitindo que magistrados e especialistas possam

compreender e revisar as decisões assistidas por IA³⁶⁵.

Em suma, o exercício do contraditório diante de provas produzidas por IA exige um novo letramento digital jurídico. Não basta a simples negação do fato; as partes do processo devem ter o direito de exigir a explicabilidade do algoritmo. Somente através de uma arquitetura de transparência será possível garantir que a celeridade proporcionada pela IA não ocorra às custas do sacrifício das garantias constitucionais, transformando o processo em uma sucessão de decisões automatizadas e incontestáveis.

3. DIRETRIZES JUDICIAIS E PROTOCOLOS DE INTEGRIDADE: DA CADEIA DE CUSTÓDIA ELETRÔNICA À SUPERVISÃO HUMANA NA VALORAÇÃO PROBATÓRIA

³⁶¹ DUTRA, Leonardo Argenta. Transparência em algoritmos de inteligência artificial no sistema jurídico: desafios, limitações e perspectivas futuras. *Anais do 7º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: mídias e direitos da sociedade em rede*, 2024. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/563/2024/12/2.5.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2026.

³⁶² No contexto dos sistemas de IA, refere-se à capacidade de um terceiro independente (seja um perito judicial ou uma autoridade reguladora) examinar e verificar o funcionamento do sistema, seus registros de dados (*logs*) e o processo de desenvolvimento. Diferente da explicabilidade, que busca o "porquê" de um resultado, a auditabilidade foca na rastreabilidade e na conformidade, assegurando que os procedimentos seguidos pelo algoritmo possam ser revisados para

identificar falhas, vieses ou manipulações, servindo como uma garantia de prestação de contas (*accountability*).

³⁶³ MÜLLER, op. cit., 2025.

³⁶⁴ Conceito que deriva do termo *Explainable AI* (XAI), traduzindo-se no dever de converter os processos matemáticos complexos de um algoritmo em uma linguagem compreensível para seres humanos. No Direito Processual, a explicabilidade é o antídoto contra a "caixa-preta" (*black box*): ela exige que o magistrado e as partes entendam quais critérios e variáveis foram determinantes para que a IA chegasse a uma conclusão específica (ex: por que uma transação foi rotulada como fraude ou por que um padrão de movimento foi identificado como sono). Sem explicabilidade, o exercício do contraditório torna-se impossível, pois não se pode impugnar o que não se compreende.

³⁶⁵ DUTRA, Leonardo Argenta, op. cit., 2023

A Resolução CNJ nº 615, de 11 de março de 2025, embora não utilize especificamente o termo *deepfake*, estabelece diretrizes rigorosas para o uso de IAGen e mecanismos de controle que se aplicam diretamente ao risco de manipulação de conteúdos e à verificação de provas. A norma define a IAGen como um sistema especificamente destinado a "gerar ou modificar significativamente, com diferentes níveis de autonomia, texto, imagens, áudio, vídeo ou código de software..." (artigo 4º, IX). Esta definição abarca as técnicas de síntese digital que podem comprometer a autenticidade das informações no processo.

Para o magistrado, a identificação de *vieses* e manipulações deve seguir um arcabouço normativo de auditoria e monitoramento. A resolução impõe como princípio "a prevenção, a precaução e o controle quanto a medidas eficazes para a mitigação de riscos derivados do uso intencional ou não intencional de soluções que adotam técnicas de inteligência artificial" (artigo 3º, VI). Complementarmente, o texto veda soluções "que não possibilitem a revisão humana dos resultados propostos..." (artigo 10, I), reforçando a necessidade de uma "supervisão humana efetiva, periódica e adequada

no ciclo de vida da inteligência artificial..." (artigo 3º, VII).

Na análise da prova, o magistrado deve distinguir o grau de dependência algorítmica. De acordo com Sokolova³⁶⁶, a abordagem deve ser binária: quando a prova é independente da IA funcionando esta apenas como condutor (ex: videoconferência), aplicam-se as regras de prova padrão. Contudo, quando a prova é dependente da IA, ou seja, quando o seu valor probatório depende diretamente do processamento do algoritmo (ex: dados de Fitbit³⁶⁷ ou análise de padrões³⁶⁸), a análise deve ser mais rigorosa.

A distinção reside na natureza da evidência. Quando a IA é apenas um meio de acesso (como um PDF lido em um *software*), a prova é o documento em si. No entanto, em provas IA-dependentes, o fato jurídico não existe de forma bruta; ele é "criado" ou interpretado pelo algoritmo. Nesses casos, a análise deve ser mais rigorosa porque surge o problema da "caixa-preta": se os critérios do algoritmo não são conhecidos, a prova pode conter *vieses* ou erros sistêmicos que o olho humano não consegue detectar de forma imediata.

Torna-se evidente que o uso crescente da IA traz desafios

³⁶⁶ SOKOLOVA, op. cit.

³⁶⁷ O exemplo do Fitbit: Um relógio inteligente não armazena apenas "batimentos"; ele utiliza algoritmos proprietários para interpretar sinais elétricos e traduzi-los em métricas de sono, estresse ou atividade física. Se um tribunal usa esses dados para provar que um réu estava

acordado em determinado horário, a validade da prova depende da acurácia técnica desse processamento (o "valor probatório").

³⁶⁸ Refere-se ao uso de algoritmos para identificar comportamentos (como detecção de fraude bancária ou reconhecimento facial).

significativos que o julgador deve monitorar, como o *Viés (Bias)*, visto que algoritmos podem perpetuar ou ampliar preconceitos humanos se os dados de treinamento forem enviesados — a exemplo de *softwares* de reconhecimento facial com taxas de erro elevadas para afrodescendentes³⁶⁹. Além disso, deve-se atentar para a falta de testes robustos de validade, a falha na monitorização do "Desvio de Função" (*Function Creep*) — quando um sistema concebido para um propósito começa a ser usado para outros fins não validados — e a falta de transparência e explicabilidade.

Este último ponto, o "problema da interpretabilidade", refere-se à dificuldade de explicar as decisões da IA aos seres humanos. O *National Institute of Standards and Technology*³⁷⁰ (NIST) delineou princípios para a "IA Explicável" (XAI), exigindo que os sistemas forneçam evidências ou razões para os seus resultados de forma compreensível³⁷¹.

A Resolução 615 acompanha esse entendimento ao definir como critério de risco o "baixo grau de transparência, de explicabilidade e de auditabilidade da solução..." (Art. 17, VI), exigindo uma "avaliação de impacto algorítmico" contínua (Art. 14, § 1º).

Por fim, o magistrado deve estar alerta para o fato de que, se os dados históricos usados para treinar a IA contêm vieses raciais ou de gênero, o sistema irá replicar essas injustiças, o que pode invalidar a prova ou violar direitos constitucionais³⁷². A segurança jurídica, portanto, repousa na capacidade do juiz de utilizar as ferramentas de registro (*logs*) para "identificar eventual uso malicioso ou indevido do sistema" (artigo 13, V), garantindo que a tecnologia sirva à verdade real e não à simulação algorítmica.

Para garantir a integridade das provas digitais, a verificação da cadeia de custódia eletrônica³⁷³ revela-se indispensável, devendo o magistrado observar se o documento possui um

³⁶⁹ GRIMM, Paul W.; GROSSMAN, Maura R.; CORMACK, Gordon V. op. cit.

³⁷⁰ Agência governamental dos Estados Unidos, vinculada ao Departamento de Comércio, que atua como um dos laboratórios de ciência física mais antigos e respeitados do mundo.

³⁷¹ GRIMM, Paul W.; GROSSMAN, Maura R.; CORMACK, Gordon V. op. cit., p. 41

³⁷² Ibid., p. 61.

³⁷³ A cadeia de custódia eletrônica refere-se ao conjunto de procedimentos documentados que garantem a integridade e a autenticidade de uma evidência digital. Diferente de objetos físicos, bits podem ser alterados sem deixar rastros visíveis a olho nu. Por isso, a verificação fidedigna mencionada exige: a) Identificação do dispositivo: Rastrear o *hardware* original (ex:

endereço MAC ou número de série); b) Hash (Função Resumo): O uso de algoritmos matemáticos que geram uma "digital única" do arquivo. Qualquer alteração de um único bit no documento resultaria em um *hash* completamente diferente, denunciando a quebra da integridade. c) Metadados: A análise de dados ocultos (como data de criação, coordenadas GPS de uma foto ou histórico de edições) que confirmam se o contexto da prova coincide com os fatos narrados. A ausência desse registro histórico gera a chamada "quebra da cadeia de custódia", o que, no Direito Processual contemporâneo, pode levar à nulidade da prova por impossibilidade de garantir que ela é idêntica à fonte original.

registro histórico fidedigno desde a sua criação até a juntada aos autos, permitindo a identificação do dispositivo de origem e de eventuais modificações efetuadas. Complementarmente, a utilização do cálculo de *Hash* atua como uma impressão digital do arquivo; a existência de um código como o SHA-256, gerado no momento da coleta, permite conferir se o estado atual do documento coincide com o original, uma vez que qualquer alteração mínima, seja por edição humana ou processamento de IA, modificaria esse código de forma irreversível.

A análise técnica estende-se ao exame dos metadados, investigando se as propriedades internas do arquivo, como data de criação, autor, localização GPS e *softwares* utilizados, guardam consistência com o contexto dos fatos ou se apresentam indícios de manipulação por geradores sintéticos. No que tange à autenticidade da fonte, a conferência da assinatura digital sob o padrão ICP-Brasil³⁷⁴, conforme preconiza o artigo 441 do CPC, assegura a validade e a não revogação da autoria declarada. Conforme o artigo 441 do CPC, os documentos eletrônicos que seguem estes padrões possuem a mesma força probante dos documentos públicos, invertendo o

ônus da prova em caso de contestação da autoria, o que confere maior segurança jurídica ao magistrado em comparação com assinaturas eletrônicas simples (como as de plataformas comuns sem certificação ICP).

Sob a ótica da veracidade material, o exame de coerência factual funciona como um filtro contra a "alucinação algorítmica", permitindo cruzar as informações do documento com bases de dados externas confiáveis para identificar contradições lógicas, como citações de leis inexistentes ou cronologias impossíveis típicas de modelos de linguagem.

Por fim, a utilização da ata notarial, fundamentada no artigo 384 do CPC, confere fé pública ao conteúdo, pois o tabelião atesta a existência do documento eletrônico diretamente da fonte, minimizando significativamente os riscos de simulação e garantindo a segurança jurídica necessária ao processo.

Ademais, a ata notarial atua como um mecanismo de preservação da prova dinâmica, especialmente em ambientes digitais onde a volatilidade dos dados é alta. Ao acessar o conteúdo *in loco* — seja em redes sociais, aplicativos de mensageria ou

³⁷⁴ A Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) é a cadeia hierárquica que viabiliza a emissão de certificados digitais para identificação virtual de cidadãos e empresas. A assinatura digital baseada neste padrão utiliza criptografia assimétrica (par de chaves pública e privada). No Direito Processual Civil, a relevância desta

conferência reside em três pilares: a) autenticidade: garantia de que quem assinou é quem diz ser; b) Integridade: qualquer alteração posterior no documento invalida a assinatura; c) Não Repúdio: a impossibilidade de o autor negar a criação do documento, uma vez que o certificado é de uso exclusivo do titular.

repositórios em nuvem — o tabelião não apenas transcreve o que vê, mas isola o estado da evidência em um determinado momento cronológico. Essa "cristalização" dos fatos impede que a exclusão deliberada de mensagens ou a alteração de metadados por uma das partes comprometa a instrução processual, oferecendo ao juízo uma trilha de auditoria dotada de presunção de veracidade. Diferente de simples capturas de tela (*prints*), que carecem de contexto técnico e são facilmente manipuláveis, a ata documenta a URL, o endereço IP e os protocolos de segurança da conexão, blindando a prova contra alegações de nulidade.

Complementarmente, a força da ata notarial reside na sua natureza de prova emprestada de fé pública, que desonera o magistrado da necessidade imediata de perícias informáticas complexas e onerosas em casos de baixa complexidade técnica. O notário, na condição de terceiro imparcial, atesta a integridade da cadeia de custódia desde o momento da coleta, garantindo que o documento apresentado em juízo é a reprodução fiel do original verificado. Em um cenário jurídico cada vez mais saturado por conteúdos gerados por inteligência artificial, a intervenção humana e qualificada do tabelião serve como um filtro ético e jurídico, assegurando que a prova digital inserida nos autos possua o lastro de autenticidade necessário para fundamentar uma decisão judicial justa e segura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O advento da era digital transformou profundamente a instrução probatória no processo civil brasileiro, exigindo que o Direito se adaptasse à desmaterialização da informação. Com a entrada em vigor do CPC de 2015, o legislador buscou conferir segurança jurídica a essa nova realidade, disciplinando de forma específica as provas típicas produzidas por documentos eletrônicos nos artigos 439 a 441. Esses dispositivos estabelecem que a prova eletrônica é admitida desde que sua autenticidade e integridade possam ser verificadas, muitas vezes recorrendo-se à infraestrutura de chaves públicas ou outros meios de certificação previstos em lei.

A ata notarial, fundamentada no artigo 384 do CPC, consolida-se como um dos meios mais seguros para a introdução de provas eletrônicas no processo, pois transfere a responsabilidade da coleta de dados do particular para um agente dotado de fé pública. Ao atestar a existência e o conteúdo de documentos digitais diretamente da fonte original, o tabelião minimiza riscos de simulação e garante que a evidência seja isolada em um momento cronológico específico, criando uma "cristalização" dos fatos que impede alterações posteriores ou a exclusão deliberada de mensagens. Essa metodologia oferece ao magistrado uma trilha de auditoria com presunção de veracidade, superando a fragilidade técnica de simples capturas de tela

(prints), uma vez que a ata registra elementos críticos como a URL, o endereço IP e os protocolos de segurança utilizados na conexão.

Além disso, em um cenário de crescente complexidade marcado por alucinações algorítmicas e conteúdos sintéticos, a ata notarial funciona como um filtro ético e jurídico indispensável. Por ser uma prova de natureza híbrida, ela desonera o Judiciário da necessidade imediata de perícias informáticas custosas em casos de menor complexidade, já que o notário, como terceiro imparcial, atesta a integridade da cadeia de custódia desde a coleta. Dessa forma, a utilização deste instrumento não apenas blinda a prova contra alegações de nulidade, mas também reforça a segurança jurídica, assegurando que o convencimento do magistrado seja pautado em elementos digitais que guardam estreita correspondência com a realidade histórica dos fatos.

Para garantir que uma prova típica produzida por documento eletrônico, nos moldes dos artigos 439 a 441 do CPC, não tenha sido corrompida por manipulações ou pela "alucinação algorítmica", é fundamental seguir um protocolo de verificação técnica. Este *checklist* ajuda a assegurar a integridade e a autenticidade exigidas pelo sistema processual brasileiro.

Evidencia-se que a integração da IAGen no Direito Processual Civil brasileiro representa uma mudança de paradigma que transcende a mera celeridade documental. O problema

central desta pesquisa, que questiona os limites éticos e jurídicos da admissibilidade dessas provas diante de alucinações e opacidade algorítmica, encontra resposta na necessidade de uma filtragem ética e técnica rigorosa.

Para que essa filtragem ética e técnica rigorosa aconteça e a busca pela verdade não seja sacrificada em prol da verossimilhança sintética, a conclusão desta investigação propõe as seguintes diretrizes:

a) Condicionamento da admissibilidade à explicabilidade: a aceitação de provas produzidas ou filtradas por IAGen deve ser, obrigatoriamente, vinculada ao princípio da explicabilidade. A parte proponente tem o dever de revelar o "caminho lógico" — incluindo *prompts* e parâmetros — permitindo que a parte contrária exerça o contraditório sobre a gênese da prova, e não apenas sobre o seu resultado.

b) Protocolo de verificação técnica e auditoria: o magistrado não deve aceitar documentos eletrônicos como verdades absolutas. Propõe-se a adoção sistemática de um *checklist* de integridade que inclua a verificação da cadeia de custódia, o cálculo de *Hash* (como o SHA-256) e a análise de metadados para identificar "desvios de função" ou manipulações sintéticas.

c) Supervisão humana efetiva: em conformidade com as diretrizes do CNJ, o controle humano deve ser permanente. A prova "IA-dependente" exige uma análise diferenciada e mais profunda, pois seu valor reside no processamento algorítmico, o qual

deve ser passível de revisão humana para mitigar vieses discriminatórios e erros de "caixa-preta".

d) Controle de alucinações: a autenticidade da prova documental eletrônica deve ser confrontada com o exame de coerência factual, funcionando como um filtro contra as "mentiras estatísticas" dos modelos de linguagem que priorizam a fluidez em detrimento da precisão factual.

Em suma, a resposta ao desafio da era algorítmica não é a vedação da tecnologia, mas a garantia de que o processo permaneça um ambiente de auditabilidade técnica. Somente através de uma arquitetura de transparência será possível assegurar que a inovação tecnológica não resulte em nulidades processuais ou na erosão das garantias constitucionais.

REFERÊNCIAS

- CAMBI, Eduardo Augusto Salomão; AMARAL, Maria Eduarda Toledo Pennacchi Tibiriçá. Inteligência artificial no Poder Judiciário, discriminação algorítmica e direitos humanos fundamentais. *Suprema: Revista de Estudos Constitucionais*, Palmas, v. 3, n. 2, p. 250-272, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.53798/suprema.2023.v3.n2.a250>. Acesso em: 29 jan. 2026.
- DIDIER JR, Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. *Curso de Direito Processual Civil*. Vol. 2. 20 ed. São Paulo: Editora JusPodivm, 2025.
- DUTRA, Leonardo Argenta. Transparência em algoritmos de inteligência artificial no sistema jurídico: desafios, limitações e perspectivas futuras. *Anais do 7º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: mídias e direitos da sociedade em rede*, 2024. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/563/2024/12/2.5.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2026.
- GRIMM, Paul W.; GROSSMAN, Maura R.; CORMACK, Gordon V. Inteligência artificial como evidência. *Nw. J. Tech. & Intell. Prop.*, v. 19, p. 14, 2021.
- LOEVINGER, Lee. Jurimetrics: the next step forward. *Jurimetrics*, [S. l.], v. 44, n. 4, p. 405-408, 2004. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/29762866>. Acesso em: 29 jan. 2026.
- LOPES, João Batista. Das provas. In: BUENO, Cássio Scarpinella. *Comentários ao Código de Processo Civil*. Vol. 2. São Paulo: Saraiva, 2017.
- Müller, Vincent C., "Ética da Inteligência Artificial e Robótica", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Edição de Outono de 2025), Edward N. Zalta & Uri Nodelman (eds.), URL = <<https://plato.stanford.edu/archives/fall2025/entries/ethics-ai/>>.
- SANTOS, Adriano Cardoso dos. O uso da inteligência artificial pela Suprema Corte brasileira: desafios e potencialidades. *Revista Foco*, [S. l.], v. 18, n. 4, p. 1-23, e8183, 2025.

SPENGLER, Fabiana Marion. *Pequeno Dicionário de Acesso à Justiça*. Tomo 1. A-L. São Carlos: Pedro&João Editores, 2024.

SOKOLOVA, Maria. The role and position of AI evidence in civil litigation. *Medicine, Law & Society*, Maribor, v. 16, n. 1, p. 169-190, abr. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.18690/mls.16.1.169-190.2023>. Acesso em: 18 mar. 2026.

SPONHOLZ JUNIOR, Oto Luiz; CHIANFA, José Henrique Siqueira. ANÁLISE

ECONÔMICA DOS PROCESSOS DE EXECUÇÃO E DA FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA NO JUIZADO ESPECIAL: INCENTIVOS, RESPONSABILIDADE E O PAPEL CRÍTICO DA COOPERAÇÃO. *REVISTA JURÍDICA GRALHA AZUL - TJPR*, [S. l.], v. 1, n. 32, 2025. DOI: 10.62248/8x6kya71. Disponível em: <https://revista.tjpr.jus.br/gralhaazul/article/view/307..> Acesso em: 18 mar. 2026.